



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº. 0272/16

DA 3ª COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO.

Processo nº. 002260/2015

Relator: Deputado

Ricardo Nezinho

Em obediência ao disposto no inciso I e § 1º do artigo 176 da Constituição Estadual e no prazo previsto no artigo 177, § 6º, inciso I, daquele diploma legal, o Senhor Governador, por meio da mensagem nº 36, de 2015, enviou a este Poder Legislativo o Projeto de Lei nº 143/2015, e que dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado de Alagoas para o período 2016-2019.

Dando ainda cumprimento aos termos regimentais, no que concerne ao prazo estabelecido para emissão de parecer, o mesmo passou a ser de 15 (quinze) dias, tendo sido distribuído à Comissão de Orçamento, Finanças, Planejamento e Economia. Esta, por meio de seu Presidente, Exmº Deputado Ricardo Nezinho, designou-nos Relator e, em razão disso, passamos, com muita honra e responsabilidade, a analisá-lo, emitindo este Parecer, nos seguintes termos:

O Plano Plurianual, ora em exame, tem por base legal os artigos 165 e 169 da Constituição Federal, o artigo 176, § 1º da Constituição Estadual, bem com a Portaria nº 117 de 12/11/1998 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a legislação estadual que rege a espécie.

O Plano Plurianual 2016-2019 compreende as diretrizes estratégicas de governo e os programas com seus respectivos objetivos, ações, metas e regionalização a serem executados pelos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público.

A proposta do Plano foi elaborada buscando assento em bases sólidas de finanças públicas e de capacidade de gestão, tais como:

a) adoção de criteriosa e realista programação orçamentária e financeira para execução de despesas em todos os órgãos da administração pública;

PUBLICADO NO D.O.E.  
DE 17/03/16  
Depoentes



## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

b) o cumprimento das metas do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, acordadas com a União e dos limites de endividamento instituídos pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, condições indispensáveis para a credibilidade do Estado; e,

c) o compromisso com a adimplência dos salários dos servidores públicos, respeitando o calendário anual de pagamento em um momento da grave crise econômica que assola o país.

Os eixos de desenvolvimento e as dimensões estratégicas expressam a base e a direção das prioridades a serem trabalhadas para uma nova configuração estratégica na condução do Estado, na visão do Governador, de forma a assegurar a implementação de um processo de atuação governamental que seja coadunado com a leitura do seu quadro de realidade e que possibilite colocar sua economia em uma trajetória de desenvolvimento de forma sustentada.

Nesse viés, e, em consonância com a visão de futuro definida, a estrutura analítica para o Plano Plurianual do Estado de Alagoas 2016-2019 resultou na configuração de 04 (quatro) eixos de desenvolvimento, 01 (um) eixo de gestão e participação e 08 (oito) dimensões estratégicas, que tem como fundamento principal a visão de que o *“desenvolvimento desconcentrado com transformação social”* é a melhor forma de assegurar um desenvolvimento equilibrado de suas regiões com distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida dos alagoanos.

Da análise efetuada, infere-se o esforço do Estado de Alagoas para assumir o seu papel indutor do crescimento econômico, embora este, lamentavelmente, acabe se perdendo ao longo de inúmeros Programas.

O financiamento do Plano Plurianual para o período 2016-2019 contempla recursos do Tesouro no valor de R\$ 3.816.723.864,00 (três bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, setecentos e vinte e três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais); Convênios no valor de R\$ 2.386.342.296,00 (dois bilhões, trezentos e oitenta e seis milhões, trezentos e quarenta e dois mil, duzentos e noventa e seis reais); Recursos da Administração Indireta no valor de R\$ 624.551.262,00 (seiscentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, duzentos e sessenta e dois reais); Operações de Crédito no valor de R\$ 20.524.000,00 (vinte milhões, quinhentos e vinte e quatro mil reais); e de



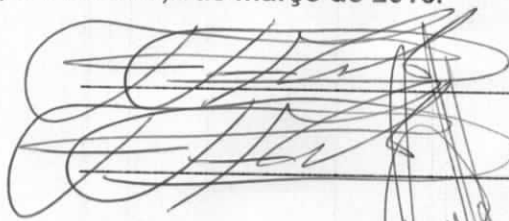
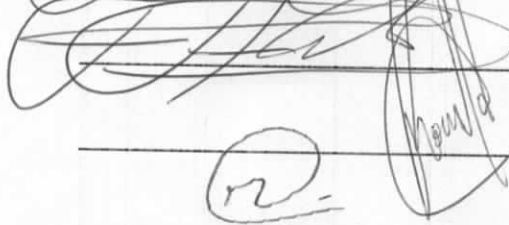
## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

Investimentos das Estatais no valor de R\$ 22.495.638,00 (vinte e dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e trinta e oito reais), perfazendo um valor total de R\$ 6.870.637.060,00 (seis bilhões, oitocentos e setenta milhões, seiscentos e trinta e sete mil e sessenta reais).

O Projeto de Lei analisado por esta Relatoria destaca que em seu conteúdo, em sua essência, o Governo direciona seus esforços para o enfrentamento das já conhecidas dificuldades financeiras decorrentes da crise estrutural instalada no Estado de Alagoas, sem descuidar do necessário desenvolvimento econômico e das demandas sociais, pressupostos presentes nas áreas de resultados do Governo expressos no PPA 2016-2019: o resgate do equilíbrio econômico-financeiro, a recuperação da capacidade de investimento e a prestação de serviços públicos adequados, principalmente nas áreas de educação, saúde, segurança pública e assistência social, representam, as condições básicas para a viabilização dos programas, ações e metas previstas neste PPA.

Isto posto, podemos afirmar que a proposição atende as disposições constitucionais e infraconstitucionais, razão pela qual opino favoravelmente por sua tramitação.

**SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
ESTADUAL, em Maceió, 16 de março de 2016.**

 **Presidente**  
 **Relator**  
